

INFORMATIVO CÂMARA TRANSPARENTE

INFORMATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO | AGOSTO | 2026

PROJETO QUE PERMITE PARCELAMENTO DE TAXA MUNICIPAL É APROVADO PELA CÂMARA

[Página 06]



Fotos: CMC

Agosto Lilás leva à Câmara debate sobre prevenção à violência contra a mulher.
(Página 07)

Comissões aprovam projeto que autoriza contratação por tempo determinado no município.
(Página 09)

Colegiados aprovam projeto que institui o Conselho Municipal de Assistência Social.
(Página 11)

Caro leitor!

Esta edição do Informe Câmara reúne os principais acontecimentos legislativos do mês de agosto, período em que a Câmara Municipal de Colombo retomou as atividades parlamentares após o recesso de meio de ano. Com a volta das sessões ordinárias e das reuniões das comissões permanentes, o Legislativo municipal deu continuidade à análise de matérias voltadas à administração pública e às demandas da comunidade.

Ao longo do mês, as comissões permanentes analisaram proposições relacionadas a áreas como segurança pública, saúde, educação, assistência social, cultura, igualdade racial, acessibilidade e tributação municipal. Também foram apreciadas dezenas de indicações parlamentares, além de projetos de autoria do Poder Executivo e do Poder Legislativo, muitos deles direcionados à análise técnica dos colegiados antes de seguirem para votação em plenário.

Nas sessões ordinárias e em uma sessão extraordinária, os vereadores aprovaram matérias como a autorização para contratação por tempo determinado no âmbito municipal e o parcelamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, além de projetos voltados à nomenclatura de logradouros e de espaços públicos. Também tramitaram propostas sobre o Plano Municipal de Cultura, o Plano Municipal de Igualdade Racial e a Política Municipal de Acessibilidade em Libras.

O mês também foi marcado por espaços de diálogo com a comunidade. Na Tribuna Livre, representantes da administração municipal apresentaram o programa Rede Delas, voltado ao atendimento às mulheres. Já a Escola do Legislativo, em parceria com a Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos, promoveu um ciclo de palestras alusivo ao Agosto Lilás, mês de combate à violência contra a mulher, reforçando a importância da informação e da conscientização da população.

Encerrando o mês, os colegiados permanentes aprovaram propostas do Poder Executivo relacionadas às Festas Oficiais do calendário municipal e à reorganização do Conselho Municipal de Assistência Social e de seu respectivo fundo, matérias que seguem agora para apreciação do plenário.

A Câmara Municipal de Colombo segue atuando com responsabilidade, transparência e compromisso com a população, fortalecendo o processo legislativo, acompanhando as necessidades da comunidade e contribuindo para a construção de políticas públicas que promovam o desenvolvimento do município.

Boa leitura!

Câmara Municipal

Rua Francisco Busato, 8005 - Centro

Colombo - Paraná - 83414-290 Fone/Fax (41) 3656-8200

Anexo da Câmara

Rua Francisco Busato, 8026 - Centro - Colombo - Paraná

Horário de expediente:

De segunda a sexta-feira das 8h às 17 horas

e-mail: camaracolombo@onda.com.br

Site da Câmara: www.camaracolombo.pr.gov.br

CCJ dá início às análises do mês com pauta diversificada de projetos

Colegiado avaliou propostas sobre utilidade pública, calendário oficial e nomenclatura de logradouro.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal de Colombo reuniu-se na segunda-feira (3), no Plenário Presidente Tancredo de Almeida Neves, sob a presidência do vereador Zé Arcie (PL). Participaram os vereadores Ademar Costa (União), Ratinho Gotardo (PSD) e Ney Marcelino (Podemos), além do acompanhamento dos vereadores Maicon Martins (PP) e Pastor Abelardo Gomes (PSD).

Entre as matérias analisadas, o colegiado recebeu o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.197/2026, de autoria do vereador Zé Arcie (PL), que declara de utilidade pública o Real Colombo Futebol Clube, com relatoria destinada ao vereador Ney Marcelino (Podemos). Também foram apreciados o Projeto de Lei do Executivo nº 28/2026, que altera a Lei Municipal nº 1.374/2015 para atualizar a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e reorganizar o Conselho e o Fundo Municipal (COMDIPI), e o Projeto de Lei do Executivo nº 30/2026, que institui as Festas Oficiais do Calendário Oficial do Município.



A CCJ também recebeu o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.199/2026, de autoria do vereador Pastor Abelardo Gomes (PSD), que denomina a Rua Jonas Dias Batista, no bairro Roça Grande. Além das proposições, foi realizada a leitura da contestação referente ao protocolo de indicação nº 24.825, apresentada pelo vereador Ney Marcelino.

Câmara realiza primeira sessão ordinária após o recesso parlamentar

Pauta reuniu proposições do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

A Câmara Municipal de Colombo retomou as atividades legislativas na terça-feira (4), com a realização da primeira sessão ordinária após o período de recesso de meio de ano. A sessão foi presidida pelo vereador Joel Bueno (PSD) e contou com a presença de 15 dos 17 vereadores da 19ª Legislatura.

Em votação definitiva, o plenário aprovou o Projeto de Lei do Executivo nº 12/2026, com emenda modificativa, que autoriza a filiação do Município de Colombo à União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Paraná (UNDIME/PR). Em primeira votação, foram aprovados o Projeto de Lei do Executivo nº 22/2026, que amplia as atribuições da Guarda Municipal para atuação como Agentes da Autoridade Municipal de Trânsito, e o Projeto de Lei do Executivo nº 23/2026,

com emendas modificativa e supressiva, que adequa a Lei Municipal nº 904/2005 à Lei Federal nº 13.019/2014.

Também foi divulgado o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei do Legislativo nº 1.029/2022, de autoria do presidente Joel Bueno, que institui programa de atendimento psiquiátrico e psicológico voltado a profissionais da Educação do município. A sessão contou ainda com a apresentação do Veto nº 02/2026, que rejeita integralmente o Projeto de Lei do Executivo nº 10/2024, referente ao Código de Obras e Edificações do município. Encerrando a sessão, o secretário municipal de Juventude, Murilo Lazarotto, apresentou a programação da Semana da Juventude, e o coordenador da Defesa Civil, Beto Moreira, convidou os presentes para a palestra alusiva ao Agosto Cinza.

CCJ analisa projetos e prepara pauta para sessão ordinária

Matérias deliberadas seguem para apreciação do plenário.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reuniu-se na segunda-feira (10), no Plenário Presidente Tancredo de Almeida Neves, com transmissão ao vivo pelo canal da Câmara no YouTube. Os trabalhos foram conduzidos pelo vereador Zé Arcie (PL) e contaram com a participação dos vereadores Ademar Costa (União), Anderson Prego (PT), Ratinho Gotardo (PSD) e Ney Marcelino (Podemos), além do acompanhamento do vereador Maicon Martins (PP).

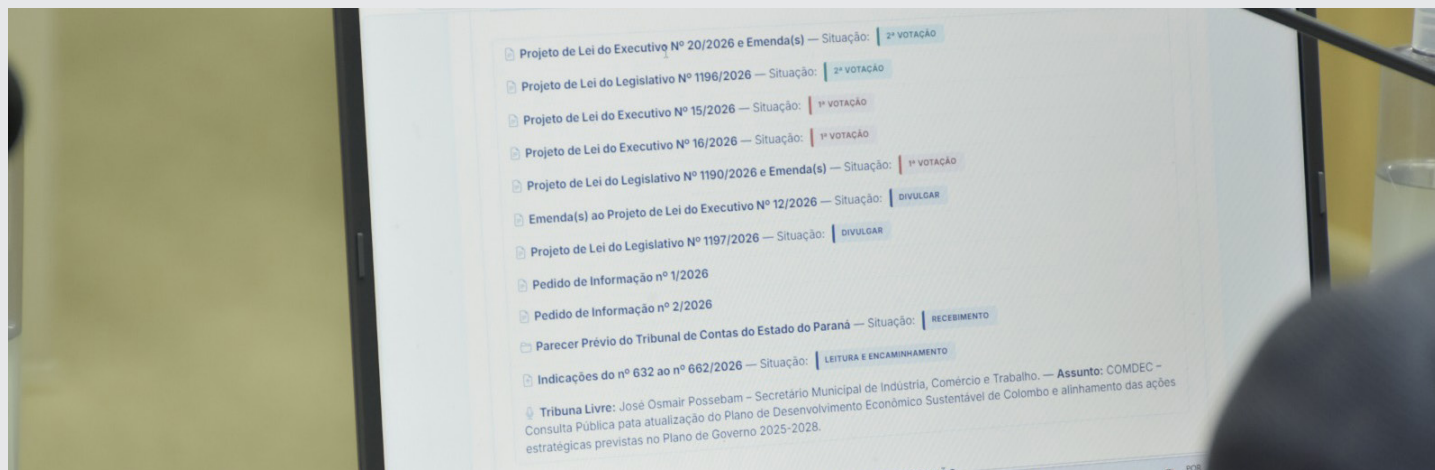
Entre as proposições analisadas, o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.124/2024, de autoria do vereador Anderson Prego (PT), que institui a Política Municipal de Combate ao Racismo Religioso e busca proteger comunidades afro-brasileiras e de matriz africana, teve relatoria do vereador Ademar Costa. Também foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.198/2026,

de autoria coletiva dos vereadores, que denomina a Unidade de Pronto Atendimento do Alto Maracanã como Dr. Antoninho Barth, com relatoria do vereador Ney Marcelino.

A comissão ainda analisou o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.029/2022, do presidente Joel Bueno (PSD), que segue para parecer jurídico, e o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.137/2024, do vereador Anderson Prego, que institui a campanha Junho Violeta de conscientização sobre a violência contra idosos. Também foi apreciado o Veto nº 02/2026, referente ao Projeto de Lei do Executivo nº 10/2024. Ao todo, foram deliberados 40 protocolos de indicações, com a maioria recebendo parecer favorável. Todas as matérias seguiram para apreciação na sessão ordinária do dia 11.

CCJ e Educação analisam projeto sobre Festas Oficiais do município

Reunião conjunta definiu relatoria da proposta do Poder Executivo.

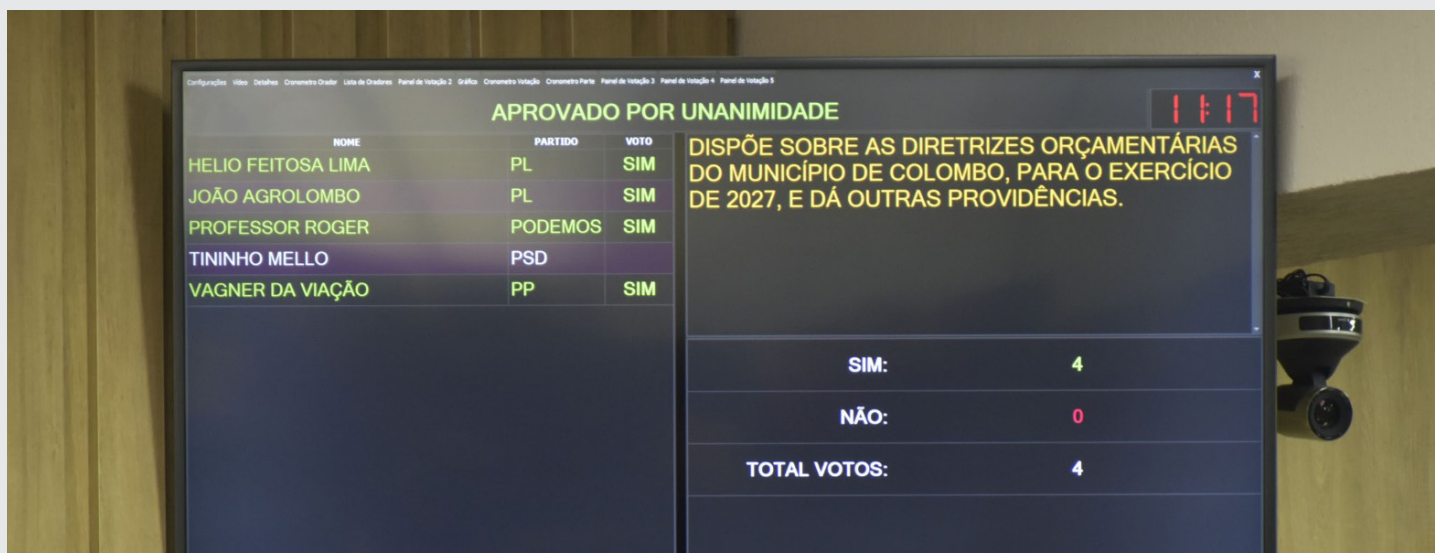


As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação, Saúde e Bem-Estar Social realizaram reunião conjunta na manhã de segunda-feira (10) para analisar a proposição do Poder Executivo. Os trabalhos foram presididos pelo vereador Zé Arcie (PL) e contaram com a participação dos vereadores Bruno Dias (PSB), Ademar Costa (União), Pastor Abelardo Gomes (PSD), Ney Marcelino (Podemos),

Professor Roger (Podemos) e Maicon Martins (PP). Foi analisado o Projeto de Lei do Executivo nº 30/2026, que institui as Festas Oficiais integrantes do Calendário Oficial do município e estabelece outras providências. O vereador Maicon Martins (PP) foi designado relator da matéria, que segue para análise técnica antes de retornar aos colegiados.

Plenário aprova ampliação das atribuições da Guarda Municipal e adequação ao Marco Regulatório

| Sessão ordinária também contou com a divulgação de 37 indicações parlamentares.



A Câmara Municipal de Colombo realizou, na terça-feira (11), sua 25ª sessão ordinária do ano, com a participação de 14 vereadores e transmissão ao vivo pelos canais oficiais da CMC.

Em votação definitiva, o plenário aprovou o Projeto de Lei do Executivo nº 22/2026, que altera o artigo 3º da Lei Municipal nº 1.167/2010 para ampliar as atribuições da Guarda Municipal, permitindo sua atuação como Agente da Autoridade Municipal de Trânsito. Em segunda votação, também com emendas modificativa e supressiva, foi

aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 23/2026, que adequa a Lei Municipal nº 904/2005 às disposições da Lei Federal nº 13.019/2014.

A sessão foi encerrada com a apresentação de 37 indicações parlamentares, assinadas pelos vereadores Bruno Dias (PSB), João Agrolombo (PL), Ney Marcelino (Podemos), Tininho Mello (PSD), Maicon Martins (PP), Zé Arcie (PL) e Professor Roger (Podemos), encaminhadas ao Poder Executivo e aos órgãos competentes.

Comissão de Finanças analisa parecer prévio do TCE-PR sobre as contas de 2024

| Tribunal de Contas recomenda a regularidade das contas do Poder Executivo.

A Comissão de Economia, Finanças e Orçamento reuniu-se na tarde de terça-feira (11) para deliberar sobre pauta do Poder Executivo. Os trabalhos foram presididos pelo vereador Pastor Hélio Feitosa (PL), com a participação dos vereadores João Agrolombo (PL), Professor Roger (Podemos) e Ney Marcelino (Podemos). O vereador

Professor Roger (Podemos) atuou como relator do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) referente à prestação de contas do Poder Executivo Municipal relativa ao exercício financeiro de 2024. O documento recomenda a regularidade das contas do prefeito Helder Lazarotto (PSD).

CCJ aprecia novos projetos e mantém pauta de indicações

Colegiado analisou ainda veto do Executivo e proposta de nomenclatura de logradouro.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reuniu-se na manhã de segunda-feira [17], sob a presidência do vereador Zé Arcie (PL), com a participação dos vereadores Anderson Prego (PT), Maicon Martins (PP), Ratinho Gotardo (PSD), Ademar Costa (União), Pastor Abelardo Gomes (PSD) e Ney Marcelino (Podemos).

Foi analisado o Projeto de Lei do Executivo nº 31/2026, que institui vantagem pecuniária para convocação de servidores em regime de plantão de 12x36 horas em unidades municipais de funcionamento ininterrupto, com relatoria do vereador Anderson Prego (PT). Também foi apreciado o Veto nº 02/2026, referente ao Projeto de Lei do

Executivo nº 10/2024, sobre o Código de Obras e Edificações do município, com relatoria do vereador Zé Arcie.

O colegiado ainda analisou o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.199/2026, de autoria do vereador Pastor Abelardo Gomes (PSD), que denomina a Rua Jonas Dias Batista, no bairro Roça Grande, com relatoria do vereador Ademar Costa. Houve também a leitura de contestação referente a três protocolos de indicações do vereador Maicon Martins, além da deliberação de 30 protocolos de indicações assinados por 11 vereadores.

Comissões aprovam parcelamento de taxa prevista no Código Tributário

Proposta permite pagamento parcelado da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento.



As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Economia, Finanças e Orçamento reuniram-se na manhã de segunda-feira [17] para deliberar sobre proposta legislativa. Os trabalhos foram presididos pelo vereador Zé Arcie (PL) e contaram com a participação dos vereadores Maicon Martins (PP), João Agrolombo (PL), Anderson Prego (PT), Pastor Hélio Feitosa (PL), Ratinho Gotardo (PSD), Ademar Costa (União), Pastor Abelardo Gomes (PSD), Tininho Mello (PSD), Ney Marcelino (Podemos) e Professor Roger (Podemos).

A pauta contou com um único item: o Projeto de Lei Complementar nº 1.195/2026, de autoria do vereador João Agrolombo (PL), que altera o artigo 92 da Lei nº 16/1978 (Código Tributário Municipal) para permitir o parcelamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento. O vereador Tininho Mello (PSD) apresentou parecer favorável, aprovado por unanimidade pelos membros presentes, e a matéria seguiu para apreciação na sessão ordinária do dia 18.

Câmara aprova parcelamento de taxa e recebe Rede Delas na Tribuna Livre

| *Sessão ordinária contou com 25 indicações e novas proposições do Executivo e do Legislativo.*

A Câmara Municipal de Colombo realizou, na terça-feira (18), sessão ordinária sob a presidência do vereador Joel Bueno (PSD), com a participação de 16 dos 17 vereadores da 19ª Legislatura.

Em primeira votação, o plenário aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 1.195/2026, de autoria do vereador João Agrolombo (PL), que altera o Código Tributário Municipal para permitir o parcelamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento. Também foram divulgados o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei do Legislativo nº 1.185/2026, de autoria do presidente Joel Bueno, que regulamenta a organização e a remoção de

cabos e fiações aéreas excedentes no município, e o Projeto de Lei do Executivo nº 32/2026, sobre contratação temporária para atendimento de necessidade de interesse público.

Ao longo da sessão, foram apresentadas 25 indicações parlamentares voltadas à melhoria da qualidade de vida da população, encaminhadas aos órgãos competentes. Encerrando os trabalhos, a diretora do Departamento da Mulher, Gecielle de Souza Schena, utilizou a Tribuna Livre para apresentar o programa Rede Delas, voltado ao atendimento às mulheres do município.

Câmara promove ciclo de palestras alusivo ao Agosto Lilás

| Evento debateu formas de violência contra a mulher e reforçou a importância da conscientização.

A Câmara Municipal de Colombo promoveu, no plenário, na quarta-feira (19), um ciclo de palestras em alusão ao Agosto Lilás, mês dedicado à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher. A iniciativa foi organizada pela Escola do Legislativo, em parceria com a Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos, com apoio da Patrulha Maria da Penha.

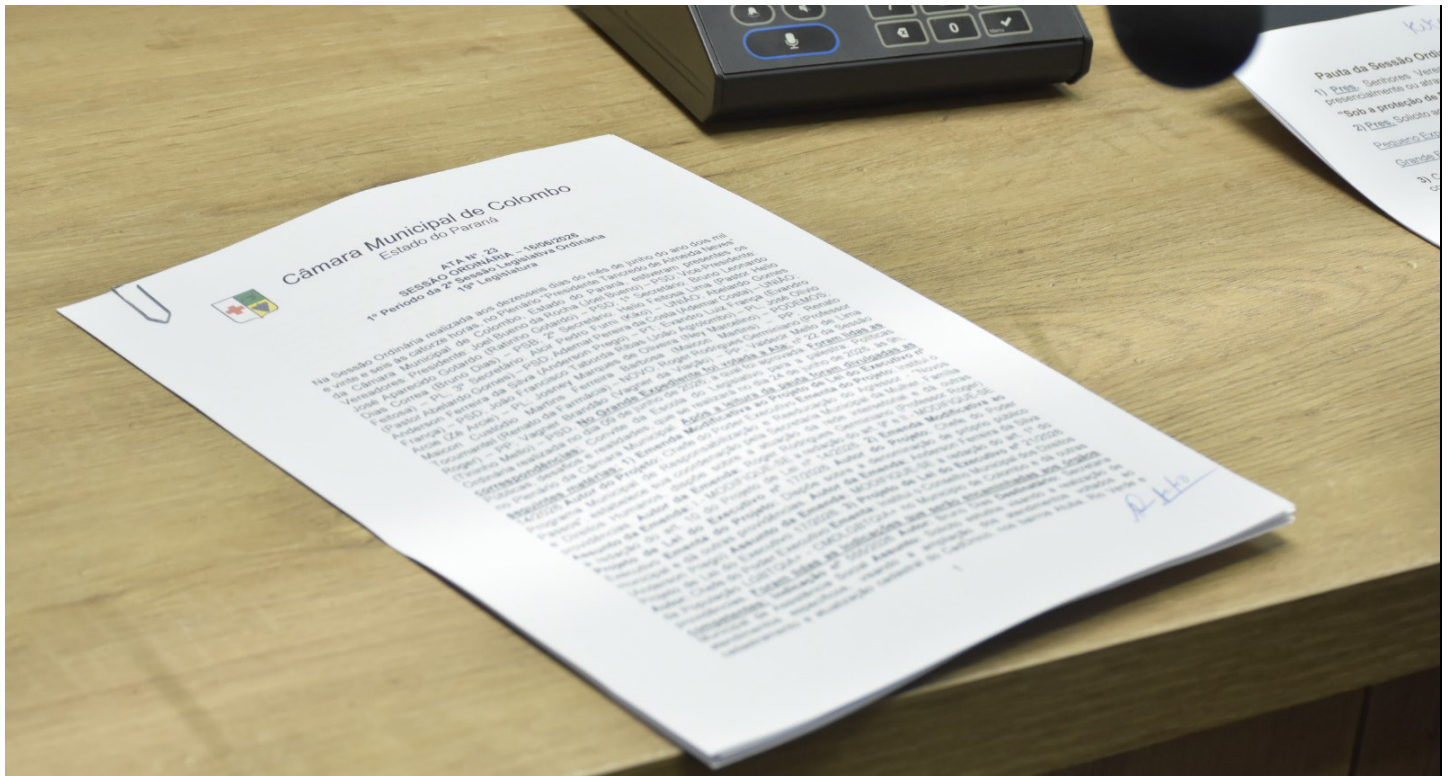
Durante o evento, os palestrantes apresentaram as diferentes formas de violência contra a mulher e destacaram a importância da informação e da conscientização de toda a comunidade para o enfrentamento do problema. A campanha remete à Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006), que completa 20 anos em 2026 e tipifica seis modalidades de violência: física, psicológica, moral, sexual, patrimonial e vicária.

Foram divulgados também os canais de atendimento disponíveis em Colombo para vítimas de violência, entre eles a Guarda Municipal, pelo telefone (41) 3666-5353, a Polícia Militar, pelo número 190, e os canais de denúncia anônima Disque 180 e 181.



CCJ aprova projeto sobre denominação da UPA do Alto Maracanã

| Colegiado analisou ainda novos projetos recebidos e definiu relatorias.



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reuniu-se na manhã de segunda-feira (24), no Plenário Presidente Tancredo de Almeida Neves, com transmissão ao vivo pelo canal da Câmara no YouTube, sob a presidência do vereador Zé Arcie (PL).

O colegiado aprovou o Projeto de Lei do Executivo nº 31/2026, que institui vantagem pecuniária para convocação de servidores em regime de plantão de 12x36 horas, com relatoria do vereador Anderson Prego (PT), e o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.198/2026, que denomina a Unidade de Pronto Atendimento do Alto Maracanã como Dr. Antoninho Barth, com relatoria do vereador Ney Marcelino (Podemos). Já o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.197/2026, que declara de utilidade pública o Real

Colombo Futebol Clube, teve a análise adiada.

Foram designados novos relatores para o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.029/2022, sobre atendimento psiquiátrico e psicológico a profissionais da Educação, sob relatoria do vereador Ney Marcelino, e para o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.137/2024, sobre a campanha Junho Violeta de combate à violência contra idosos, sob relatoria do vereador Ademar Costa (União). A comissão recebeu ainda o Projeto de Lei do Executivo nº 32/2026, sobre contratação por tempo determinado, e o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.185/2026, sobre regulamentação de cabos e fiações aéreas, encaminhados para análise jurídica. Ao todo, foram deliberados 25 protocolos de indicações, a maioria com parecer favorável.

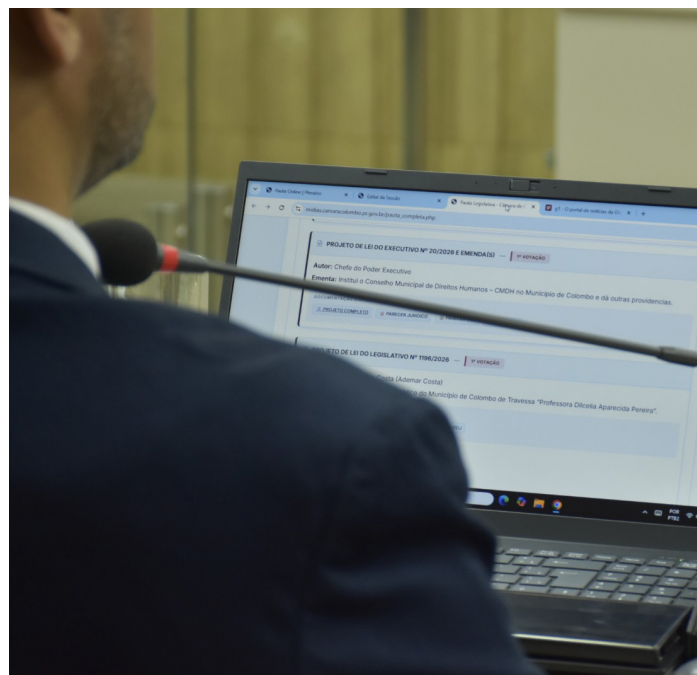
Plenário aprova veto ao Código de Obras e avança com projetos sobre plantões e Libras

Sessão homenageou a dupla sertaneja Willian & Renan.

A Câmara Municipal de Colombo realizou, na tarde de terça-feira (25), sua 27ª sessão ordinária do ano, sob a presidência do vereador Joel Bueno (PSD).

O plenário manteve o Veto nº 02/2026, do Poder Executivo, que rejeita integralmente o Projeto de Lei do Executivo nº 10/2024, o qual autorizaria a doação de imóveis municipais ao Estado do Paraná para uso do Colégio Estadual Vereador Raulino Costacurta. Em primeira discussão, foram analisados o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.198/2026, que denomina a UPA do Alto Maracanã como Dr. Antoninho Barth, e o Projeto de Lei do Executivo nº 31/2026, sobre vantagem pecuniária para plantões de 12x36 horas.

Em segunda discussão, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 1.195/2026, de autoria do vereador João Agrolombo (PL), que trata do parcelamento de taxas



municipais. Também foi divulgado o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.200/2026, de autoria dos vereadores Ademar Costa (União) e Maicon Martins (PP), que institui a Política Municipal de Acessibilidade em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Os vereadores ainda aprovaram 23 indicações parlamentares, apresentadas pelo presidente Joel Bueno e pelos vereadores Zé Arcie, João Agrolombo, Professor Roger, Bruno Dias, Evandro França, Ademar Costa, Pastor Hélio Feitosa, Renato da Farmácia e Tininho Mello. Encerrando a sessão, o vereador Bruno Dias (PSB) entregou diploma de homenagem à dupla sertaneja Willian & Renan, em reconhecimento a mais de 40 anos de trajetória musical e contribuição cultural ao Paraná.

Comissões definem relator para projeto sobre contratação temporária

| Matéria tramita em regime de urgência a pedido do Poder Executivo.

As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Economia, Finanças e Orçamento realizaram reunião conjunta na manhã de quarta-feira (26) para deliberar sobre proposta do Poder Executivo em regime de urgência. Os trabalhos foram presididos pelo vereador Zé Arcie (PL), com a participação dos vereadores Pastor Hélio Feitosa (PL), João Agrolombo (PL), Professor Roger (Podemos), Ney Marcelino (Podemos), Tininho Mello (PSD), Ademar

Costa (União) e Vagner da Viação (PP). A matéria em análise é o Projeto de Lei do Executivo nº 32/2026, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no município de Colombo e revoga a Lei Municipal nº 1.244/2011. O vereador Pastor Hélio Feitosa (PL) foi designado relator do projeto.

Câmara aprova em sessão extraordinária vantagem pecuniária para plantões

| Projeto agora segue para sanção da Prefeitura Municipal.

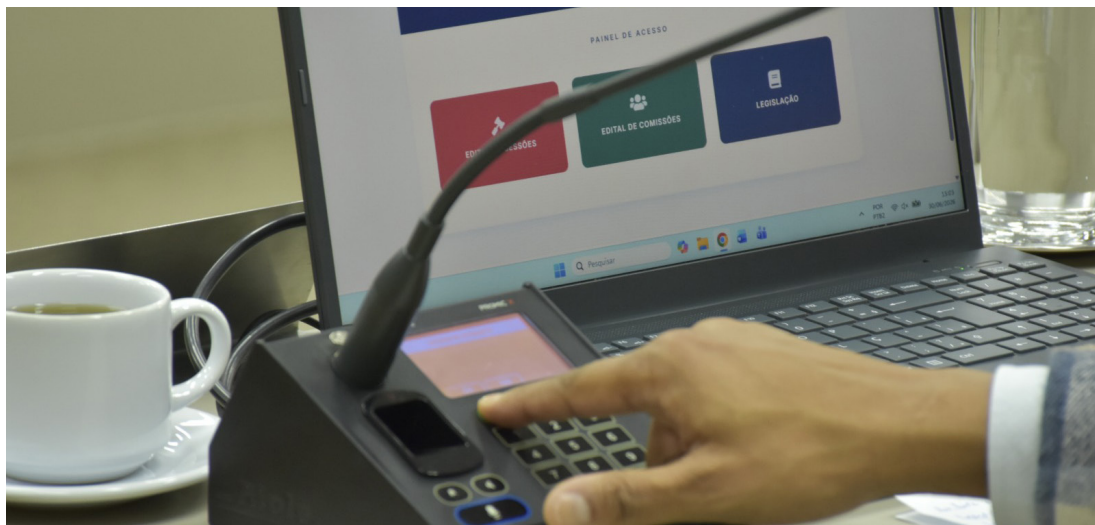
Os vereadores de Colombo realizaram sessão extraordinária na quarta-feira (26), no Plenário Presidente Tancredo de Almeida Neves, com a participação de 13 dos 17 parlamentares da 19ª Legislatura (2025-2028), sob a presidência do vereador Joel Bueno (PSD).

O destaque da sessão foi a aprovação, em segunda votação, do Projeto de Lei do Executivo nº 31/2026, que institui vantagem pecuniária devida pela convocação para prestação de serviço em regime de plantão de 12x36 horas em unidades municipais, revogando o Decreto Municipal nº

2.016/2008. Com a aprovação, o projeto segue agora para sanção da Prefeitura Municipal de Colombo.

CCJ aprova utilidade pública do Real Colombo e recebe planos municipais de cultura e igualdade racial

| Colegiado analisou quatro proposições e 27 indicações parlamentares.



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reuniu-se na manhã de segunda-feira (31), sob a presidência do vereador Zé Arcie (PL), com a participação dos vereadores Anderson Prego (PT), Maicon Martins (PP), Ratinho Gotardo (PSD), Ademar Costa (União), Pastor Abelardo Gomes (PSD) e Ney Marcelino (Podemos).

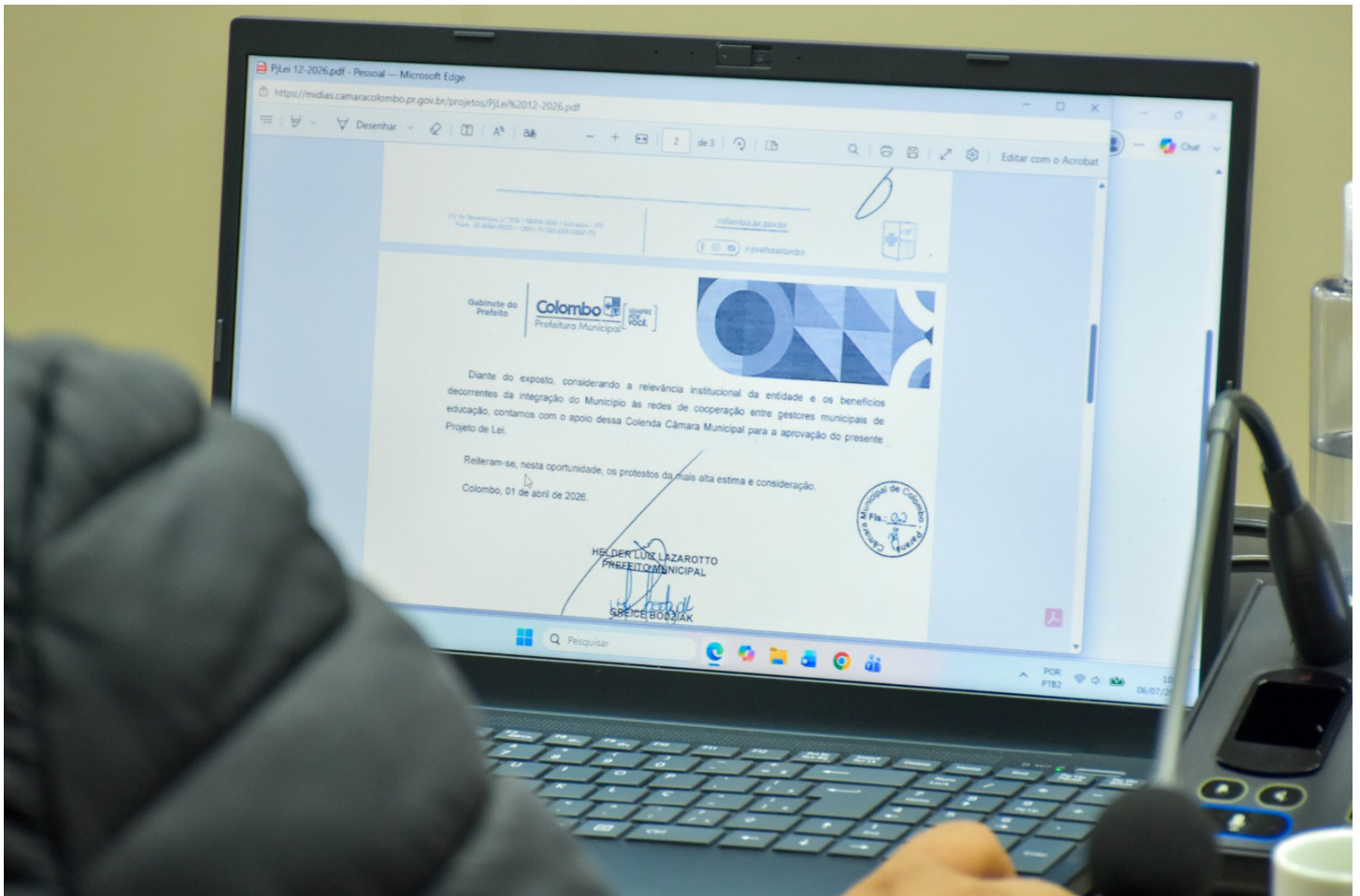
O colegiado aprovou o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.197/2026, de autoria do vereador Zé Arcie (PL), que declara de utilidade pública o Real Colombo Futebol Clube, com parecer favorável do relator Ney Marcelino. Também foram recebidos o Projeto de Lei do Executivo nº 24/2026, que institui o Plano Municipal de Cultura para o período de

2026 a 2035, e o Projeto de Lei do Executivo nº 25/2026, que institui o Plano Municipal de Igualdade Racial para o mesmo período, este último com relatoria do vereador Ademar Costa, que aguarda parecer jurídico sobre substitutivo apresentado.

A comissão recebeu ainda o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.200/2026, de autoria do vereador Ademar Costa, que institui a Política Municipal de Acessibilidade em Libras. Ao todo, foram deliberados 27 protocolos de indicações voltados à melhoria da qualidade de vida da população, assinados por vereadores como Pastor Abelardo Gomes, Anderson Prego, Bruno Dias e Zé Arcie, entre outros.

Cinco comissões aprovam projeto sobre o Conselho Municipal de Assistência Social

| *Matéria segue para votação na próxima sessão ordinária.*



Na segunda-feira [31], membros de cinco comissões permanentes da Câmara Municipal de Colombo, Constituição e Justiça, Economia, Finanças e Orçamento, Educação, Saúde e Bem-Estar Social, Urbanismo, Obras e Serviços Públicos e Transportes, e Defesa do Cidadão e Segurança Pública, reuniram-se para deliberar sobre proposta do Poder Executivo Municipal.

O Projeto de Lei do Executivo nº 19/2026, que estabelece normas para o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social no município de Colombo, além de outras providências, recebeu aprovação unânime dos colegiados. Com a aprovação, a matéria está apta para votação na próxima sessão ordinária da Câmara Municipal.

Comissões aprovam projeto sobre contratação por tempo determinado

| *Proposta revoga lei municipal de 2011 e regula demandas temporárias do município.*

As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Economia, Finanças e Orçamento realizaram reunião conjunta na manhã de segunda-feira (31) para deliberar sobre proposição do Poder Executivo. Os trabalhos foram presididos pelo vereador Zé Arcie (PL), com a participação de nove vereadores: Bruno Dias (PSB), Ratinho Gotardo (PSD), Maicon Martins (PP), Anderson Prego (PT), Pastor Hélio Feitosa (PL), Ademar Costa (União), Pastor Abelardo Gomes (PSD), Ney Marcelino (Podemos) e Professor Roger (Podemos).

Durante a reunião, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 32/2026, que regula a contratação por tempo determinado para atender a demandas temporárias de excepcional interesse público no município de Colombo. A aprovação implica a revogação da Lei Municipal nº 1.244/2011 e o estabelecimento de disposições complementares sobre o tema.

Colegiados aprovam por unanimidade projeto sobre Festas Oficiais do município

| Reunião conjunta reuniu as Comissões de Constituição e Justiça e de Educação.

As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação, Saúde e Bem-Estar Social realizaram reunião conjunta na manhã de segunda-feira (31) para deliberar sobre proposição do Poder Executivo Municipal. Os trabalhos foram presididos pelo vereador Zé Arcie (PL), com a participação dos vereadores Maicon Martins (PP), Pastor Hélio Feitosa (PL), Bruno Dias (PSB), Anderson Prego (PT), Ademar Costa (União), Pastor Abelardo Gomes (PSD), Ney Marcelino (Podemos) e Professor Roger (Podemos).

O vereador Maicon Martins (PP) apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei do Executivo nº 30/2026, que institui as Festas Oficiais integrantes do Calendário Oficial do município de Colombo. A proposta foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes das comissões e segue para apreciação do plenário.

